

DESBRAVANDO NOVAS METODOLOGIAS NO CENÁRIO PANDÊMICO SEM ACESSO IGUALITÁRIO ÀS TECNOLOGIAS

Roselita Rodrigues do Espírito Santo Albuquerque

RESUMO: O presente artigo, surgiu do interesse da pesquisadora, que compõe o quadro de professores dos Anos Iniciais da Educação Básica da Rede Pública numa Escola Municipal de Goiana, interior do Estado de Pernambuco, onde atua há 11 anos. Atualmente, atuando nos ciclos de 1º e 2º anos do fundamental, quando, diante de um cenário completamente inesperado, no início da pandemia do novo coronavírus (Covid-19), percebeu-se impotente diante de suas ferramentas de trabalho e do desbravamento de novas tendências metodológicas e tecnológicas no cenário educacional.

Palavras-chave: desigualdade; pandemia; tecnologia.

BRINGING NEW METHODOLOGIES IN THE PANDEMIC SCENARIO WITHOUT EQUAL ACCESS TO TECHNOLOGIES

ABSTRACT: The present article arose from the interest of the researcher, who makes up the staff of teachers of the Initial Years of Basic Education of the Public Network in a Municipal School in Goiana, in the interior of the State of Pernambuco, where she has been working for 11 years. Currently, working in the 1st and 2nd grade cycles of elementary school, when, faced with a completely unexpected scenario, at the beginning of the new coronavirus (Covid-19) pandemic, he felt powerless in the face of his work tools and the clearing of new challenges. new methodological and technological trends in the educational scenario.

Keywords: inequality; pandemic; technology.

TRAYENDO NUEVAS METODOLOGÍAS EN EL ESCENARIO DE PANDEMIA SIN IGUALDAD DE ACCESO A LAS TECNOLOGÍAS

RESUMEN: El presente artículo surgió del interés de la investigadora, que conforma el plantel de profesores de los Años Iniciales de Educación Básica de la Red Pública en una Escuela Municipal de Goiana, en el interior del Estado de Pernambuco, donde viene actuando por 11 años. Actualmente, labora en los ciclos de 1º y 2º grado de primaria, cuando ante un escenario completamente inesperado, al inicio de la pandemia del nuevo coronavirus (Covid-19), se sintió impotente ante sus herramientas de trabajo y el desbroce. de nuevas posibilidades, nuevas tendencias metodológicas y tecnológicas en el escenario educativo.

Palabras clave: desigualdad; pandemia; tecnología

INTRODUÇÃO

As indagações começaram a surgir a partir do momento em que fomos surpreendidos pela pandemia do Covid-19, causada pelo vírus SARS-COV-2 ou novo coronavírus na segunda quinzena do mês de março do ano 2020. Houve um grande abalo nas instituições educacionais em todo o território nacional, levando o Ministério da Educação a tomar medidas urgentes para fazer com que as instituições de ensino, continuassem a oferecer o seu trabalho de mediação de conhecimento aos discentes, de forma satisfatória e homogênea, conforme

consta no Artigo 14, Das Atividades Pedagógicas Não Presenciais, na Seção V, disponibilizada através da Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) / Conselho Pleno (CP) N° 2 de 10 de dezembro de 2020:

Por atividades pedagógicas não presenciais na Educação Básica, entende-se o conjunto de atividades realizadas com mediação tecnológica ou por outros meios, a fim de garantir atendimento escolar essencial durante o período de restrições de presença física de estudantes na unidade educacional.

Sabemos que, este novo momento trouxe inúmeros desafios a serem superados, não apenas na saúde mundial, mas também na reestruturação do ensino público que, embora contando com o avanço da ciência e da tecnologia, em pleno século XXI, ainda não alcançou plenamente a Educação Básica, especialmente da Rede pública. Não por falta de recursos públicos destinados a essa área, mas talvez por falta de um investimento com estratégias que assegurassem esse acesso, antes mesmo da pandemia.

A Educação Básica da Rede Pública de Ensino, atende uma clientela, economicamente limitada, que não dispõe desse tipo de recurso exigido para aulas remotas, sejam elas síncronas ou assíncronas. E, esse foi o grande entrave para a implementação de um novo modelo de ensino que pudesse atender a todos os alunos da Educação Básica, em diversos municípios do nosso país. Esse não é um problema tão novo, pois vemos mais uma vez na história do Brasil, a desigualdade sendo dentro do sistema de ensino gerido pelo Governo Federal e administrado pelos estados e municípios. Como descreve bem o seguinte artigo “Estado, política e direito à educação no Brasil: “O problema maior é o de estudar”, divulgado na Educar Revista, n° 39:

Assim, enquanto a Europa constituía, no final do século XIX, o seu sistema nacional de educação, o Brasil mitigava essa possibilidade com uma organização de Estado liberal que servia apenas para atender aos interesses políticos e econômicos das elites regionais, adaptando-os a uma estrutura social marcada pelos acordos políticos “pelo alto” e pela concentração de terras, riquezas e saber. Gilda Cardoso (2011, p. 284),

Refletimos, então, como seria possível um atendimento igual para todos, se a desigualdade social que sempre existiu passou a ser ainda mais acentuada com o surgimento da pandemia? A ideia de aulas híbridas, não precisava ter sido pensada apenas com o fator agravante de uma pandemia mundial. Políticas públicas voltadas à educação pública de qualidade, teriam feito uma enorme diferença nesse momento.

Na pedagogia de Paulo Freire (1987) muito se fala a respeito de novas práticas, novos métodos, em que o educando seria autor de sua própria aprendizagem, e isso cabe perfeitamente no modelo atual de aulas remotas. Porém, fomos surpreendidos por esse momento novo, em que alunos e professores precisaram aprender rapidamente como utilizar os recursos tecnológicos para fazer funcionar o ensino à distância, quando possuem acesso.

As estratégias e métodos para as aulas remotas começaram a ser postas em prática, após um curto espaço de tempo, pelas instituições de ensino privadas, que possuíam estrutura básica para implementá-lo, bem como acesso a plataformas de ensino e uma clientela capaz, economicamente de providenciar todos os aparatos tecnológicos exigidos para o acesso à essas aulas.

Mas a realidade na rede pública de ensino foi bastante diferente. Cada Estado e Município, passou a estudar possibilidades de um retorno às aulas, de modo a não intensificar ainda mais a desigualdade social que existe em nosso país, em que nossas crianças, mesmo fardadas com o mesmo uniforme, encaram realidades sociais bem diferentes. Visto que, compreendemos que essa adaptação não foi feita de forma satisfatória.

Foi a partir dessas inquietações apresentadas, que nos propomos a investigar o impacto social e educacional, causado pela pandemia do novo coronavírus, na tentativa de encontrar caminhos que apresentassem acessos a variadas formas de continuidade do ensino público à distância, na tentativa de viabilizar a nossa prática e contribuir eficazmente para o desenvolvimento da cidadania de nossos alunos.

Consideremos a suspensão das aulas presenciais e a urgente necessidade de elaboração de estratégias de divulgação ao alcance dos alunos, diante do fato em que os alunos ficaram sem aulas presenciais ou remotas, até que se estudasse uma possibilidade de tornar acessível a todos, sem distinção o fornecimento dos conteúdos.

1 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que: Os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências e; a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar. Também define, dentre as normas para a organização da educação básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado” (art. 24, inciso V) e “[...] oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (art. 37)”.

Cada localidade tem suas particularidades, por essa razão, cada Estado e Município, colocou em prática aquilo que entendeu como solução para o enfrentamento do grande desafio que se ergueu tão repentinamente no cenário mundial e refletiu também na Educação.

O Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou, por unanimidade, nesta terça-feira, 28 de abril, as diretrizes para orientar escolas da educação básica e instituições de ensino superior durante a pandemia do coronavírus. Os 21 conselheiros votaram, em plenário virtual, um documento que traz orientações e sugestões para todas as etapas de ensino, da educação infantil à superior. O parecer foi elaborado com a colaboração do Ministério da Educação (MEC).

O material aprovado pelo CNE tem o objetivo de orientar estados, municípios e escolas sobre as práticas que devem ser adotadas durante a pandemia, além de propor normas nacionais gerais. A reorganização dos calendários é de responsabilidade dos sistemas de ensino. (Bianca Estrella e Larissa Lima, do Portal MEC, 28

Tudo isso nos inquietou muito, pois apesar de sabermos um pouco da realidade socioeconômica dos alunos de Rede Pública, não imaginávamos que seria tão difícil resolver a questão das aulas à distância, tendo em vista o avanço tecnológico e a quantidade de plataformas educacionais existentes para suporte às instituições de ensino que já funcionam em sistema EAD.

Com o passar do tempo, percebemos que havia mais dificuldades por trás dessa adaptação, do que supúnhamos, pois o acesso à internet e a equipamentos tecnológicos, ainda é um grande entrave para muitos dos nossos alunos, especialmente os que residem em engenhos, sítios e outras localidades de difícil acesso.

Diante do cenário de desigualdade, bastante evidente nessa sociedade capitalista, e após o agravamento causado pela pandemia iniciada em 2020, muito tem se falado sobre o assunto tema deste trabalho, através de livros, matérias de jornais e pesquisas realizadas em todo o país.

Uma pesquisa recente de 08 de novembro de 2020, publicada pela jornalista Isabella Palhares, no jornal A Folha Uol, faz uma análise do aumento de 58% da desigualdade educacional, no período de 2015 a 2019, antes mesmo da pandemia da Covid-19. Esse foi um levantamento feito pelo Todos pela Educação, que observou os resultados do IDEB, comparando com dados anteriores à pandemia, analisando a diferença do desempenho dos estudantes entre as escolas de maior e menor rendimento, observando que as diferenças de desempenho foram aprofundadas ainda mais após o surgimento da pandemia.

A questão da desigualdade educacional é assunto bastante atual, e de interesse nacional, relacionado com a Educação Básica atual e de gerações futuras, como comentou Gabriel Correa, líder de políticas educacionais de Todos pela Educação em entrevista ao jornal A Folha Uol:

Os indicadores pré-pandemia já eram bastante preocupantes e mostram que a desigualdade já tinha crescido. A tendência é que, com suspensão das aulas, ela aumente. É importante que os próximos prefeitos tenham consciência de que as escolas dos seus municípios são diferentes e tenham políticas pensando nisso. (2020)

Embora o tema de desigualdade não seja recente, pois Paulo Freire (1984, p.89) já escrevia sobre o assunto em seu livro *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*, que “seria uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica”. Essa afirmação e outras tantas desse mesmo educador, expressam a verdade que muito está relacionado ainda aos dias atuais.

O EAD, alcançou a escola pública, colocando diante si, um dos maiores desafios em sua trajetória histórica: o acesso à cultura digital.

Sua importância deve-se ao fato de ser, a Cultura Digital, uma das dez Competências Gerais da Educação Básica que compõem a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), devendo acompanhar o aluno desde a Educação Infantil até o Ensino Médio.

Observa-se, então, que o acesso digital abre caminhos para uma aprendizagem mais ampla e produtiva, especialmente num contexto em que muito se fala do protagonismo do aluno.

No entanto, esse direito encontra-se aprisionado pela falta de estrutura das instituições escolares diante da falta de recursos tecnológicos que possibilitem a gravação e reprodução de aulas remotas síncronas ou assíncronas de qualidade com recursos adequados. Bem, como, mesmo que houvesse todo o aparato tecnológico para a gravação das aulas à distância, ainda esbarraríamos na dificuldade de acesso que o aluno do ensino fundamental da Rede Pública, por não possuir, na sua maioria, em seus domicílios a estrutura adequada para o recebimento desses conteúdos, que seriam reproduzidos através de aulas virtuais gravadas ou em tempo real.

Dessa forma, como garantir o acesso desses alunos às aulas no modelo EAD?

A finalidade desta competência descrita na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é desafiadora:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. (BNCC, 2018)

A Cultura Digital tem sido inserida aos poucos dentro das escolas públicas, através de salas equipadas com computadores, para o acesso com acompanhamento pelo professor nas aulas em que seja necessário o uso desses equipamentos. No entanto, ainda longe de ser o acesso ideal, para muitos alunos representa o único contato com um computador.

Porém, nesse contexto atual e inesperado, colocou-se diante da Educação Básica, a necessidade de repensar esse acesso tecnológico, pois agora ele precisa alcançar os alunos em suas residências e esse é um desafio ainda maior. “As assim ditas “novas alfabetizações” não diluem as tradicionais, mas vão bem além destas, algo que nossa escola não está percebendo por que grande parte da população está marginalizada na “digital divide”. (DIJK, 2005; DEMO 2007)

A reforma no sistema educacional é urgente. O que acontece é que não adianta haver um desenvolvimento tecnológico se ele não está ao acesso de todos, se a sua distribuição não é feita de maneira igualitária. Além disso, as escolas públicas e privadas têm reagido de maneiras diferentes, diante das mesmas necessidades de adaptação ao ensino à distância, porém para públicos de poder aquisitivo diferentes, embora possuindo os mesmos direitos.

O neoliberalismo ataca a escola pública a partir de uma série de estratégia privatizantes, mediante a aplicação de uma política de descentralização autoritária e, ao mesmo tempo, mediante uma reforma de política cultural que pretende apagar do horizonte ideológico de nossas sociedades a possibilidade mesma de uma Educação democrática, pública e de qualidade para as maiorias. Uma política de reforma cultural que, em suma, pretende negar e dissolver a existência mesma do direito à Educação. [...] na medida em que o neoliberalismo realiza com êxito sua missão cultural, pode também realizar com êxito a implementação de suas propostas políticas. Em outras palavras, o neoliberalismo precisa – em primeiro lugar, ainda que não unicamente – despolitizar a educação, dando-lhe um novo significado como mercadoria para garantir, assim, o triunfo de suas estratégias mercantilizantes e o necessário consenso em torno delas. (GENTILI, 2002, p. 244-245, grifos do autor)

Diversos fatores são critérios para a acessibilidade, os quais se tornam evidentes através dos métodos escolhidos para a mediação da aprendizagem à distância em que cada grupo social tem acesso com mais facilidade.

Embora essa era digital EAD para Educação Básica, seja uma nova etapa para a Educação, sobretudo na Escola Pública, ela já havia sido pensada por Perrenoud (1999), em seu livro Construir: as competências desde a escola:

[...] a evolução do mundo, das fronteiras, das tecnologias, dos estilos de vida requer uma flexibilidade e uma criatividade crescentes dos seres humanos, no trabalho e na cidade. Nessa perspectiva, confere-se ocasionalmente à escola a missão prioritária de desenvolver a inteligência como capacidade multiforme de adaptação às diferenças e as mudanças. (PERRENOUD, 1999, p.15)

Todo esse processo de transformação tem contribuído para o ensino nos termos mais modernos, que sugere ao aluno ser o protagonista de sua própria aprendizagem, pois como dizia FREIRE (2003, p.44), “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.”

Para tanto é necessário que o direito à educação conceda ao aluno a possibilidade de acesso que o coloque no mesmo patamar que os demais colegas. De igual modo, que o professor seja capaz de manejar com habilidade as ferramentas necessárias para a qualidade de ensino das novas metodologias que exigem não apenas a aquisição de equipamento, bem como o manejo dos mesmos, a fim de extrair todos os benefícios necessários para a realização do ensino-aprendizagem da educação contemporânea.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. (2018)
- BRASIL. Parecer CNE/CP9/2001 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC, 2001.
- CARDOSO, Gilda (2011) Estado, política educacional e direito à educação no Brasil: “O problema maior é o de estudar”, Revista Educar em Revista, n.39, p. 279-292, jan./abr.2011. Editora UFPR (2011).
- DIJK, J.A.G.M (2005, OP.CIT; demo, P. (2007) **Marginalização digital divide**. Boletim técnico do Senac: a Revista de Educação Profissional, v. 33, nº 2, p. 05-19, maio/agosto/2007

- FREIRE, Paulo. (2011) **Ação Cultural para a liberdade e outros escritos**. 14 ed. Rev. Atual – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011
- GENTILI, P. Três teses sobre relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (Org.). **Capitalismo, Trabalho e Educação**. Campinas: Autores Associados. 2002.
- GONSALVES, Elisa. (2001) **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**, Campinas, SP: Alínea. 2ª Edição, 2001.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996**. Brasil - Lei nº 9.394/96, no artigo 59
- MACHADO, Dinamara Pereira. (2020) **Educação em Tempos de Covid-19: reflexões e narrativas de pais e professores** (livro eletrônico), /Dinamara Pereira Machado. 1 ed. Curitiba: Editora Dialética e Realidade.
- BRASIL, Ministério da Educação, (1997). **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília, MEC/SEF.
- PERRENOUD. Philippe. (2002) **As Competências para ensinar no século XXI: A Formação dos Professores e o Desafio da Avaliação**. Porto Alegre. 1ª Edição. Artmed, 2002.
- PERRENOUD. Philippe. (2000) **Pedagogia Diferenciada: Das Intenções à Ação**. Porto Alegre. Artmed. 1ª Edição. Artmed, 2000
- PERRENOUD. Philippe. (2001) **Pedagogia na Escola das Diferenças: Fragmentos de uma Sociologia**. Porto Alegre. Artmed. 2ª Edição. Artmed, 2001.
- _____ (2020). **Aprendizagem digital: tempo de tela e depressão**. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2018/06/16/aprendizagem-digital-tempo-de-tela-e-depressao/>. Publicado em 16/06/2018.
- _____ (2020). **EAD, tecnologias e finalidades da educação**. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2020/04/17/ead-tecnologia-e-finalidades-da-educacao/>. Publicado em 17/04/2020.
- _____ (2020), **Desigualdade educacional aumenta em 58% dos municípios brasileiros**. Disponível em: <https://www.1.folha.uol.com.br/educacao/2020/05/na-periferia-faltam-internet-publicado-computador-e-ate-mesmo-papel-e-lapis-para-aulas-a-distancia.shtml>. Publicado em: 08/11/2020.
- PINTO, Á.V. (2013) **O Conceito de Tecnologia**, 2 volumes. Rio de Janeiro: Editora Contraponto (2013).
- SACAVINO B.; CANDAU. M. (2020) **Desigualdade, conectividade e direito à educação em tempos de pandemia**, Bauru, v. 8, n. 2, p. 121-132, jul./dez., 2020. (RIDH 2020)

Sobre a autora:

Professora da Rede Pública Municipal de Goiana-PE desde 2011, graduada em Licenciatura Plena em História pela Faculdade de Professores de Goiana-PE – AMESG (hoje FADIMAB) em 2002, pós-graduada-graduada em Psicopedagogia Institucional pela Faculdade Osman Lins -Goiana- PE – FACOL em 2009, Mestranda em Metodologias e Práticas da Educação Básica pela Yve Enber Philosophy University – Flórida.